



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012

A Câmara Municipal de Marataízes–ES, com sede na Rua Eliza Bernardo da Silva, s/nº, Bairro Wanda Maria, Marataízes-ES, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 06 de junho de 2012, às 14:00 horas, **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012**, na sala de reunião da Câmara Municipal de Marataízes, através de seu Pregoeiro, que abaixo subscreve, designado pela Portaria nº 02/2012, de acordo com a Lei nº. 10.520/02, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006, nos termos deste edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- 1.2 Processo Administrativo nº. 5873/2011
- 1.3 Tipo de Licitação: MENOR PREÇO
- 1.4 Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de segurança e monitoramento da Câmara Municipal de Marataízes, incluindo os serviços de instalação e configuração da solução, treinamento, manutenção e suporte técnico durante o período de vigência do contrato, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I.
- 1.5 Dotação Orçamentária: 3.3.90.39 – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
- 1.6 Recursos: PRÓPRIOS
- 1.7 Setor Requisitante: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1.8 As empresas que tiverem interesse em participar do certame deverão retirar o edital no site www.cmmarataizes.es.gov.br ou providenciar cópia do edital que estará a disposição na recepção da Câmara Municipal nos dias úteis das 12h às 18h, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação no Diário Oficial do Estado e no sítio da Câmara Municipal, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES

2.1 – Até o dia 06 de junho de 2012 às 14:00h, o Pregoeiro receberá os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão na sala de reuniões da CPL, localizada na Rua Elisa Bernardo da Silva, s/nº, Bairro Wanda Maria, andar térreo, Marataízes/ES.

2.1.1. Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer envelopes fora do prazo estabelecido neste edital.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

2.1.2. Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente, ao Pregoeiro, devendo estar lacrados, rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa do proponente os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º01 – PROPOSTA COMERCIAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES-ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012
ABERTURA: 06 de junho de 2012
HORAS: 14:00 horas

ENVELOPE N.º02 – HABILITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES-ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012
ABERTURA: 06 de junho de 2012
HORAS: 14:00 horas

2.1.3. Caso o licitante não esteja presente, deverá enviar declaração (ANEXO III) dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na forma estipulada neste edital.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (Anexo II).

b.1) Em se tratando de procuração por instrumento público, ficará dispensada o licitante de apresentar o Ato Constitutivo.

c) O representante e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

d) O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada empresa licitante.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

4. ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. Às 14:00 horas do dia 06 de junho de 2012, será aberta a sessão pelo Pregoeiro na sala de reuniões da CMM, localizada à Rua Elisa Bernardo Silva, s/nº, Bairro Wanda Maria, Marataízes/ES, sendo que nessa oportunidade os licitantes deverão apresentar **declaração** de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO III). Neste caso, a empresa deverá, no mesmo ato, comprovar a veracidade da assinatura de quem efetivamente assinou a declaração, através de qualquer meio juridicamente aceitável, como, por exemplo, via reconhecimento de firma.

4.1.1. Em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº. 10.520/02, a declaração deverá ser entregue separadamente dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA e nº. 02 – HABILITAÇÃO.

4.1.2. Caso o licitante não se faça presente, deverá entregar a declaração de que trata o item 4.1, no mesmo ato, e comprovar a veracidade da assinatura de quem efetivamente assinou a declaração, através de qualquer meio juridicamente aceitável, como, por exemplo, via reconhecimento de firma. Esta declaração deverá encontrar-se em envelope apartado, com os seguintes dizeres:

ENVELOPE – DECLARAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES – ES
PREGÃO Nº. 06/2012

5. OBJETO

5.1. **Contratação de empresa especializada no fornecimento de Solução de Segurança e Monitoramento da Câmara Municipal de Marataízes, incluindo os serviços de instalação e configuração da Solução, Treinamento, Manutenção e Suporte Técnico durante o período de vigência do contrato, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I.**

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

6.1. Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

6.2. Poderão participar deste Pregão somente pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades objeto desta licitação e que atendam as exigências deste edital, sendo vedada a participação de empresa:



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- a) suspensão de participar de licitação e impedida de contratar com a Câmara Municipal de Marataízes;
- b) declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- c) que incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
- d) com falência decretada ou em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) que esteja constituída sob a forma de consórcio;
- f) que atue na forma de cooperativa.

6.3. A empresa não poderá ceder ou subcontratar o objeto deste edital.

7. DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

7.1. O Envelope nº. 01 – PROPOSTA deverá conter as informações/documentos exigidos no item 8 deste edital e o Envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO deverá conter os documentos/informações exigidos no item 9 deste edital.

8. ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA

8.1. A proposta de preço deverá descrever o objeto ofertado conforme as especificações e condições contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I -, formulada em uma via, datilografada ou digitada, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:

- a) validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma. Não sendo informado o prazo, será considerado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias;
- b) preço unitário e total ofertado, devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ x,xx), incluindo-se todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, licenças, e todas as demais despesas necessárias para a prestação de serviço do respectivo objeto.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

8.2. Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus a Câmara Municipal de Marataízes.

8.3. A simples apresentação da proposta, por si só, implicará na plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.

8.4. A proposta só será desclassificada se for de encontro, expressamente, às normas e exigências deste edital.

8.5. Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou não prevista neste edital.

8.6. As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo I, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as disposições contidas neste edital;
- b) apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) apresentarem preços incompatíveis com os praticados no mercado;

OBS.

- Caso o licitante deseje exercer as prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/06 deverá apresentar, dentro do Envelope nº 01, certidão simplificada da Junta Comercial expedida no corrente ano constando pertencer à classe de micro empresa ou empresa de pequeno porte, ou qualquer outro documento oficial expedido, também, no corrente ano constando fazer parte desta classe. A ausência desta comprovação importa renúncia ao exercício dos direitos previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, no que tange “as aquisições públicas”. Os documentos devem estar dentro do prazo de validade.

9. ENVELOPE Nº. 02 – HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados:

9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoa Jurídica, conforme o caso;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- b) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Declaração que a empresa não possui empregados que sejam cônjuges, companheiros, ou que detenham relação de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com todos os vereadores, com o Procurador da Câmara Municipal, bem como com todos os demais ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Poder Legislativo Municipal, conforme Anexo VII.

9.1.1.1. A Habilitação Jurídica presta-se para observar a atividade da empresa.

9.1.1.2. Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento e, uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO.

9.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de regularidade referente aos tributos federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de regularidade referente à Dívida Ativa da União, expedida Procuradoria da Fazenda Pública Nacional;
- c) Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social – INSS;
- d) Prova de regularidade (certidão) com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual – sede da empresa;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal – sede da empresa;
- g) Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- h) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- i) Declaração da empresa de que está cumprindo o disposto do Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

9.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1.3.1. Comprovação através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade, objeto desta licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

Obs.

- As provas de regularidade referentes aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, constantes nas alíneas “a” e “b”, poderão ser substituídas pela Certidão Conjunta, expedida pela Receita Federal;
- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, *caput*, da Lei Complementar nº 123/2006).
- Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte regularize sua documentação fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do §1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006;
- Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do §2º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c com o §2º do art. 64 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.
- Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia xerografada devidamente autenticada por cartório ou, ainda, por membro da equipe de apoio ou Pregoeiro.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- O Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SECRETARIAS DA FAZENDA).

10. PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO

10.1. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

10.2. Após aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração (ANEXO III), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

10.2.1. Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração (ANEXO III) na forma estipulada pelo item 4.1.

10.3. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope n.º 01 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as pelo MENOR PREÇO, considerando para tanto as disposições da Lei n.º 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

10.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições que se opuserem as quaisquer dispositivos legais vigentes ou que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

10.5. Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.6. Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

10.7. A desistência em apresentar lance verbal quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.8. O Pregoeiro, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessário a fim de por ordem ao certame.

10.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

10.10. Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

10.11. Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.12. Sendo aceitável a proposta será aberto o Envelope n.º 02 – HABILITAÇÃO e verificado o atendimento às exigências habilitatórias previstas neste edital.

10.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra à manifestação de recurso.

10.14. O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

10.15. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessários, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

11.1.1. A impugnação ao edital poderá ser feita até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigida ao pregoeiro, mediante documento formalizado e protocolado na sede da Câmara Municipal.

11.1.2. Durante a realização do certame a intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, depois de declarado o vencedor da disputa pelo pregoeiro.

11.1.3. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recursante terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual número de dias, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista aos autos.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

11.1.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante. A falta de manifestação imediata e motivada, importará a preclusão do direito de recorrer.

11.1.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

11.2. Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;

b) serem assinados por representante legal do licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);

c) os recursos deverão ser apresentados ao Protocolo Geral da Câmara Municipal, e fora do prazo, não serão admitidos.

d) O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando ao interessado sobre a sua decisão;

11.3. No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do Pregão com o registro das empresas licitantes credenciadas, das propostas de preço escritas e verbais, conforme a ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação, dos recursos interpostos, além de outros fatos pertinentes;

12.2. A adjudicação do objeto do Pregão é atribuição do Pregoeiro, exceto quando houver manifestação de recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior da Câmara Municipal de Marataízes;

12.3. A homologação do Pregão cabe à autoridade superior da Câmara Municipal de Marataízes.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

13. PAGAMENTO

13.1. Só serão levados em consideração os processos devidamente protocolados e formalizados, de acordo com a Lei;

13.2. A liquidação do objeto a que se refere este edital será processada a cada 30 dias, mediante a apresentação de nota fiscal de serviço ao Setor de Contabilidade da Câmara.

13.3. O pagamento após a liquidação será efetuado juntamente com comprovantes do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Os documentos fiscais hábeis, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 05 (cinco) dias.

13.4. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos a contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

13.5. A Câmara Municipal de Marataízes poderá deduzir do pagamento, importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

13.6. O pagamento das faturas somente será feito através de emissão de cheques, diretamente ao contratado.

13.7. Para a efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

13.8. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicada à Câmara Municipal de Marataízes, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

14. PENALIDADES E SANÇÕES

Em caso de descumprimento da licitante em relação às normas deste edital, poder-se-á aplicar as seguintes penalidades:

14.1. Advertência, por escrito, no descumprimento de suas exigências administrativas;

14.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura de prestação dos serviços, executados com atraso ou negligência;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

14.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração a quaisquer outras de suas cláusulas;

14.4. Suspensão do direito de licitar, por até 02 (dois) anos, por inadimplência contratual;

14.5. Declaração de inidoneidade para licitar, nos casos de falta grave.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Ao apresentar proposta, fica implícito que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

15.2. A Administração Pública reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

15.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

15.4. O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

15.5. Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados, direta ou indiretamente, a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor.

15.6. Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.

15.7. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

15.8. Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados pelo tel.: (28) 3532-3413, em dias úteis no horário de 12h às 18h.

15.9. O Pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

15.10. O prazo para a prestação de serviços, objeto deste edital, será da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

15.11. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

15.12. Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

15.12.1 – Anexo I – Termo de Referência;

15.12.2 – Anexo II - Modelo de Credenciamento;

15.12.3 – Anexo III - Modelo de Procuração;

15.12.4 – Anexo IV - Modelo de Proposta;

15.12.5 – Anexo V – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;

15.12.6 – Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

15.12.7 – Anexo VII – Modelo de Declaração de vínculos familiares;

15.12.8 - Minuta de Contrato.

Marataízes/ES, 24 de maio de 2012.

Gedson Alves da Silva
Pregoeiro CMM

Edital Elaborado por:

Maria Elizabeth Duarte Ruffolo

Daiana Araújo de Carvalho Oliveira



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência, que dispõe sobre o processo de Contratação de empresa especializada no fornecimento de Solução de Segurança e Monitoramento da Câmara Municipal, durante o exercício financeiro do ano de 2012, tem por objetivo a realização de Pregão Presencial para obtenção da proposta mais vantajosa, que atenda as especificações e exigências técnicas mínimas para a prestação do serviço, visando o atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Marataízes.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de Solução de Segurança e Monitoramento da Câmara Municipal de Marataízes, incluindo os serviços de instalação e configuração da Solução, Treinamento, Manutenção e Suporte Técnico durante o período de vigência do contrato, conforme condições e especificações constantes no termo de referência deste edital.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Visando apoiar os esforços de modernização e de melhoria da segurança física e patrimonial da Câmara Municipal, elabora-se o presente Termo contemplando o atendimento das necessidades de segurança da Câmara, capacitando-a a controlar com maior eficiência os bens sob sua responsabilidade, assim como os funcionários e visitantes que transitam pelas suas dependências.

3.2 - A segurança fica mais abrangente com a inclusão no projeto de sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV. Com isso toda movimentação é filmada pelo CFTV permitindo que as movimentações sejam avaliadas de acordo com regras de segurança previamente estabelecidas e que alarmes sejam gerados sempre que essas regras forem violadas.

3.1. FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal encontra-se na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, utilizando subsidiariamente as cominações legais da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006, nos termos deste edital.

3.2 - DA FORMA DE COTAÇÃO

Para efeito de cotação, será levada em conta a fórmula que se segue, para efeitos de aquisição de material:

$(\sum C / 03)$ onde:

A= orçamento A; B= orçamento B; C= orçamento C

03= número de orçamentos (A,B e C)



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

3.2.1. O valor de referência para aplicação do percentual de desconto ofertado na etapa de lances, concernente ao objeto dessa Licitação, será o PREÇO MÁXIMO PARA A COMPRA ESTIMADO, baseado no valor de R\$ 19.219,33 (dezenove mil, duzentos e dezenove reais e trinta e três centavos), e, o PREÇO MÁXIMO PARA SERVIÇO ESTIMADO em R\$ 200,00, incluindo os serviços de instalação e configuração, treinamento, manutenção e suporte técnico durante o período de vigência do contrato.

4. MODALIDADE LICITATÓRIA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A modalidade de licitação proposta para a contratação dos serviços é o Pregão Presencial, para obtenção de serviços comuns.

4.2. O tipo de licitação é o MENOR PREÇO, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa.

5. DESCRIÇÃO, DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

5.1 – DESCRIÇÃO DOS MATERIAS

Quant.	Descrição
13	Câmeras com infravermelho 25m
13	Fontes de alimentação 12v
13	Conectores
01	Stand alone 16 canais
01	HD 1 TB
600m	Cabo
01	TV "LCD 22"
01	Central de alarme monitorada AMT 2018
01	Sirene
01	Bateria selada
02	Pares de barreira feixe duplo
04	Suportes de barreira feixe duplo
200m	Cabo para alarme 4 vias

5.1 - MONITORAMENTO DA C.M.M. POR CIRCUITO FECHADO DE TV

5.1.1 - Consiste no fornecimento, para a Câmara Municipal de um sistema de Monitoramento por Circuito Fechado de TV, cujo objetivo é monitorar, gravar, recuperar e manter arquivo em formato digital da movimentação de pessoas e objetos;

5.1.2 - Software de monitoramento, gravação e recuperação das imagens obtidas através das câmeras de CFTV;

5.1.3 - Computador servidor, onde o software de monitoramento será instalado e configurado;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

5.1.4 - Cabos lógicos, elétricos, canaletas, dutos, presilhas e todo o material técnico necessário para a instalação e funcionamento do sistema de CFTV.

5.1.5 - Todos os equipamentos e dispositivos deverão ser entregues instalados de acordo com o Projeto de Instalação a ser elaborado e aprovado no início do prazo de execução. Os custos de instalação, cabeamento e softwares devem estar contemplando no orçamento.

5.2 INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA

5.2.1 - Consiste na prestação de serviços de instalação e configuração dos Sistemas de CFTV e de sua integração com o software de controle, compreendendo:

5.2.2 - Instalação de toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento da Solução, incluindo o cabeamento lógico e cabeamento elétrico;

5.2.3 - Instalação e configuração de todos os equipamentos e softwares necessários ao funcionamento da Solução.

6 - TREINAMENTO DOS USUÁRIOS

6.1 - Consiste na prestação de serviços de treinamento dos usuários da solução integrada de segurança.

6.2 - Os custos relativos aos serviços de capacitação técnica de usuários deverão estar inclusos no preço global do contrato, sem ônus adicional para a Câmara Municipal.

7 - MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

7.1 - A manutenção e o suporte técnico da solução de segurança deverão ser iniciados imediatamente após a homologação e "aceite" da solução, conforme **cronograma físico-financeiro**, devendo ser mantido durante a vigência do contrato, conforme **cronograma de execução**. Este serviço deverá ser executado por técnicos especializados da Licitante Vencedora.

7.2 - Os serviços de manutenção e suporte descritos abaixo deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato até o dia 31/12/2012.

7.3 - Deverão estar contidas no serviço de manutenção e suporte técnico as seguintes tarefas:

a) Resolução de problemas técnicos em qualquer dos componentes de software da solução;

b) Assistência técnica de todos os componentes da Solução, incluindo a substituição dos equipamentos defeituosos, sem nenhum custo adicional para a Câmara Municipal;

c) Ajustes e configurações na solução visando a melhoria contínua da qualidade, desempenho e estabilidade da sua operação;

7.4 - Manutenção Preventiva: Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos recursos técnicos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os seus manuais e normas técnicas específicas;

7.5 - Manutenção Corretiva: Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os recursos técnicos em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças e/ou



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

equipamentos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os seus manuais e normas técnicas específicas;

7.6 - Os custos dos serviços de manutenção e suporte técnico deverão estar inclusos no preço global do contrato, sem ônus adicional para a Câmara Municipal.

8 - GARANTIA

8.1 - A garantia contra defeitos de fabricação de todos os componentes de hardware da solução integrada de segurança deverá ter duração de 12 (doze) meses contados após a assinatura do contrato.

8.2 - Deverão ser observadas, durante a garantia da solução, as seguintes questões:

- a) Em caso de defeito de fabricação de algum componente da solução a troca deverá ser por peças e/ou equipamentos novos e originais, sem ônus adicional para a Câmara, exceto aquelas decorrentes de má utilização ou violação de qualquer componente;
- b) Os custos relativos a garantia deverão estar inclusos no preço global do contrato, sem ônus adicional para a Câmara.

9 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 – A Câmara Municipal nomeará um servidor público que exercerá o papel de Gestor do futuro Contrato, sendo o responsável por acompanhar a execução e a qualidade dos serviços prestados pela Licitante Vencedora, receber e priorizar as demandas de manutenção, expedir Ordens de Serviços de Manutenção, prover as informações e as definições necessárias à execução dos serviços.

9.2 - A Licitante Vencedora deverá encaminhar mensalmente à Câmara, um Relatório de Atividades que apresente, de forma clara e detalhada, os artefatos previstos no Termo de Referência.

9.2.1 - Instalação e configuração da Solução

A Licitante Vencedora deverá instalar e configurar a Solução Integrada de Segurança, conforme descrito no Termo de Referência, observando-se a ordem e os prazos estabelecidos no **cronograma de execução**.

9.2.2 - Ordens de Serviços de Manutenção

a) Após a fase de homologação da Solução Integrada de Segurança, a Licitante Vencedora deverá prestar serviços de manutenção e suporte técnico da solução, conforme descrito no Termo de referência.

b) As manutenções corretivas serão realizadas pela Licitante Vencedora se devidamente solicitadas e autorizadas pelo Gestor do futuro Contrato, observando-se o seguinte processo:

b.1) Os usuários requisitantes encaminham as suas solicitações para o Gestor do futuro Contrato através de correspondência, e-mail ou outro meio que vier a ser disponibilizado;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- c) O Gestor do futuro Contrato analisa as solicitações, estabelece as prioridades de atendimento, preenche as **OS** e as envia para a Licitante Vencedora aos cuidados do responsável técnico por esta designado;
- d) A Licitante Vencedora recebe as **OS** e executa os serviços descritos, observando o Acordo de Níveis de Serviços pactuados;
- e) Ao final dos trabalhos, a Licitante Vencedora colhe assinatura do usuário requisitante, homologando a manutenção e comunica o fato ao Gestor do futuro Contrato;
- f) O Gestor do futuro Contrato homologa a **OS** com base nos testes e na aceitação dos serviços por parte dos usuários requisitantes;
- g) Caso os serviços não sejam homologados, o Gestor do futuro Contrato deverá formalizar esta informação através da própria **OS** original, indicando os motivos da não aceitação, e encaminhar para que a Licitante Vencedora faça as correções necessárias observando-se os Níveis de Serviços pactuados.

9.2.3 - Cronograma de Execução

A Licitante Vencedora deverá executar os serviços descritos no objeto deste Termo de Referência cumprindo os prazos (contado a partir da assinatura do contrato) apresentados a seguir:

- a) Entrega do Projeto Detalhado de Instalação e entrega dos equipamentos em até 10 dias úteis
- b) Instalação dos equipamentos e configuração do software até 20 dias úteis

O cronograma de instalação deverá ser detalhado a partir da definição da abrangência do projeto.

10. LOCAL DE ENTREGA /EXECUÇÃO

A prestação de serviços será no prédio onde funciona a Câmara Municipal de Marataízes, com endereço a Rua Eliza Bernardo da Silva , s/nº. bairro Wanda Maria, Marataízes/ES.

11. PAGAMENTO

11.1. A liquidação do objeto a que se refere este edital será processada em duas etapas: 1ª) Na conclusão do cronograma de execução (item “a” e “b” do item 9.2.3) e treinamento; 2ª) A cada 30 dias, mediante a apresentação de nota fiscal de serviço ao setor de contabilidade da Câmara, referente à mensalidade, pela manutenção e suporte técnico durante o período de vigência do contrato.

11.2. O pagamento após a liquidação será efetuado juntamente com comprovantes do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Os documentos fiscais hábeis, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 05 (cinco) dias.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

11.3. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos a contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

11.4. A Câmara Municipal de Marataízes poderá deduzir do pagamento, importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

11.5. O pagamento das faturas somente será feito através de emissão de cheques, diretamente ao contratado.

11.6. Para a efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

11.7. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicada à Câmara Municipal de Marataízes, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Atender e cumprir todas as condições descritas neste termo e respectivo Contrato.

12.1. Cumprir fielmente o contrato de modo que o serviço se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua intensa e exclusiva responsabilidade.

12.2. Emitir mensalmente, elaborar, apresentar documentação técnica, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços produzidos.

12.3. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

12.4. Utilizar somente profissionais devidamente capacitados, identificados e habilitados para os serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

12.5. Providenciar a substituição imediata dos profissionais utilizados na prestação dos serviços que não possuam a qualificação mínima necessária e/ou por solicitação da Contratante, devidamente justificada.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

12.6. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

12.7. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e documentos provenientes dos serviços realizados e também sobre as demais informações internas que vier a ter conhecimento;

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Câmara.

12.9. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes foram solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

12.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.11. Repassar ao técnico responsável pelo serviço todas as informações necessárias sobre as características técnicas, observando as especificações contidas neste Termo.

12.12. Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos.

12.13. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade da CONTRATANTE.

Marataízes, 24 de maio de 2012

Gedson Alves da Silva
Pregoeiro



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

Ao

Pregoeiro da CMM

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2012

PROCESSO N.º 5873/2011

O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ATO DO CREDENCIAMENTO DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE TOTAIS PODERES PARA PARTICIPAR DO PREGÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz) inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) (s)....., portador(es) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º, nomeia e constitui seu bastante Procurador o(a) Sr(a)., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º, a quem confere amplos poderes para representá-la perante a CMM, no que se referir ao Pregão Presencial n.º 06/2012, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação, inclusive apresentar proposta em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas de preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recursos administrativos, assinar a Ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, podendo, enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar Contratos de Fornecimento/serviços e demais compromissos (opcional).

Por ser verdade, firmamos a presente procuração para que produza os efeitos legais.

Local e data.

NOTA: A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Marataízes-ES, ____ de _____ de 2012.

Ao Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal de Marataízes

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão nº. 06/2012

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº. 10.520/02, que satis faz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº. 10.520/02.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

Obs. Esta Declaração deverá estar fora dos envelopes de Habilitação e Preços.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data

Referência: Edital do Pregão Nº. 06/2012

Processo Administrativo nº. 5873/2011

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe à CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES, a fornecimento de Solução de Segurança e Monitoramento da Câmara Municipal de Marataízes, incluindo os serviços de instalação e configuração da Solução, Treinamento, Manutenção e Suporte Técnico durante o período de vigência do contrato, conforme condições e especificações, constantes no termo de referência deste nas seguintes condições:

1.1 - MONITORAMENTO DA CMM POR CIRCUITO FECHADO DE TV

1.1.1 - Consiste no fornecimento, para a Câmara Municipal de um sistema de Monitoramento por Circuito Fechado de TV, cujo objetivo é monitorar, gravar, recuperar e manter arquivo em formato digital da movimentação de pessoas e objetos;

1.1.2 - Software de monitoramento, gravação e recuperação das imagens obtidas através das câmeras de CFTV;

1.1.3 - Computador servidor, onde o software de monitoramento será instalado e configurado;

1.1.4 - Cabos lógicos, elétricos, canaletas, dutos, presilhas e todo o material técnico necessário para a instalação e funcionamento do sistema de CFTV.

1.1.5 - Todos os equipamentos e dispositivos deverão ser entregues instalados de acordo com o Projeto de Instalação a ser elaborado e aprovado no início do prazo de execução. Os custos de instalação, cabeamento e softwares devem estar contemplando no orçamento.

1.2 INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA

1.2.1 - Consiste na prestação de serviços de instalação e configuração dos Sistemas de CFTV e de sua integração com o software de controle, compreendendo:

1.2.2 - Instalação de toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento da Solução, incluindo o cabeamento lógico e cabeamento elétrico;

1.2.3 - Instalação e configuração de todos os equipamentos e softwares necessários ao funcionamento da Solução.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

2) Valor mensal: (em reais)

TOTAL GERAL (EM REAIS)

Valor total da proposta R\$ _____ (_____) em algarismos e por extenso.

3) Nos preços acima estão incluídos todas despesas com impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente;

4) Prazo de execução dos serviços: (de acordo com as exigências da contratante);

5) A execução do serviço será feita no local determinado pelo Poder Legislativo;

6) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 60 dias);

7) Caso seja adjudicado o objeto da presente licitação, comprometemos a assinar o respectivo contrato, indicando para este fim o Sr(a) Idt: _____, CPF nº _____, _____(função na empresa), como responsável legal desta empresa;

8) Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei que não existem fatos supervenientes impeditivos de nossa habilitação em todo território nacional, bem como, não estamos impedidos de participar de licitações promovidas por órgãos públicos, ou sendo punidos por quaisquer desses órgãos.

Marataízes-ES, __ de _____ de 2012.

CARIMBO E ASSINATURA



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO VI

PREGÃO Nº. 06/2012

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

Marataízes-ES, ____ de ____ de 2012.

Ao Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal de Marataízes

Assunto: Declaração de vínculos familiares entre licitante e agentes públicos municipais, no âmbito do poder legislativo. Exigência habilitatória para participação no Pregão Nº. 06/2012

- a) O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ DECLARA, que a empresa não possui empregados que sejam cônjuges, companheiros, ou que detenham relação de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com todos os Vereadores, com o Procurador da Câmara Municipal, bem como com todos os demais ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO N.º __ /2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E.....

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES**, Estado do Espírito Santo, estabelecida à Rua Elisa Bernardo Silva, s/nº, Bairro Wanda Maria, Marataízes/ES, inscrita no cadastro no CNPJ sob nº. 01.618.430/0001-34, neste ato designada simplesmente **CONTRATANTE**, representada pelo Exmo. Sr. Presidente, Sr. Willian de Souza Duarte, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF/MF sob o nº. 027.725.547-32 e RG nº. 1.370.570/ES, do outro lado, o, simplesmente denominado **CONTRATADO**, tem entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CONTRATADO, por este ato e instrumento se obriga e compromete a prestar serviços para a CONTRATANTE, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), deste edital de Pregão Presencial nº 006/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 Fica determinado o valor de R\$ (.....), referente ao cumprimento do cronograma de execução, e, ainda, o valor de R\$ (.....), relativo a mensalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A liquidação do objeto a que se refere este contrato será processada em duas etapas: **1ª)** Na conclusão do cronograma de execução (item “a” e “b” do item 9.2.3, do Edital) e treinamento; **2ª)** A cada 30 dias, mediante a apresentação de nota fiscal de serviço ao Setor de Contabilidade da Câmara, referente à mensalidade, pela manutenção e suporte técnico, durante o período de vigência do contrato.

3.2. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

3.3. O pagamento após a liquidação será efetuado juntamente com comprovantes do recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Os documentos fiscais hábeis, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 05 (cinco) dias.

3.4. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos a contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

3.5. A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

3.6 O pagamento das faturas somente será feito através de emissão de cheques, diretamente ao contratado.

3.7. Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1 A prestação de serviços será no prédio onde funciona a Câmara Municipal de Marataízes, situada a Rua Eliza Bernardo da Silva, s/nº. bairro Wanda Maria, Marataízes/ES -, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência).

CLÁUSULA QUINTA – DO PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigência a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, e término em 31/12/2012.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

6.1 Os recursos orçamentários destinados à execução do presente contrato correrão à conta de recursos próprios nos elementos de despesas 3.3.90.39, tendo seus valores consignados na proposta para o exercício de 2012.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

7.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

7.2 Para a prestação do serviço objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- a) prestar fielmente os serviços contratados conforme as especificações estipuladas no Termo de Referência, Anexo I;
- b) atender às determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE, bem assim as da autoridade superior;
- c) aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- d) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- e) responder pelos encargos e ações judiciais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais resultantes da execução deste instrumento;
- f) Manter as condições de habilitação do edital até a finalização do Contrato;
- g) A CONTRATADA se obriga a cumprir integralmente todas as normas legais e respectivos regulamentos relativos à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como todas as outras medidas especiais de proteção, previsto na legislação;
- h) Todos os encargos deverão estar inclusos no valor, tais como, impostos, taxas, transporte.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Em caso de descumprimento da licitante em relação às normas deste edital, poder-se-á aplicar as seguintes penalidades:



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

- a) Advertência, por escrito, no descumprimento de suas exigências administrativas;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura de prestação dos serviços, executados com atraso ou negligência;
- c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração a quaisquer outras de suas cláusulas;
- d) Suspensão do direito de licitar, por até 02 (dois) anos, por inadimplência contratual;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar, nos casos de falta grave.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente instrumento ficará sob a responsabilidade do servidor designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993, correndo a despesa por conta da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REGULAMENTAÇÃO

12.1 O presente contrato regulamenta-se pelas normas constantes da Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos, ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da prestação de serviços;



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

V - A paralisação da prestação de serviços, sem justa causa e prévia comunicação a Contratante;

VI - A sub-contratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

IX - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X - A dissolução da sociedade;

XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

XII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - A supressão, por parte da Administração, da prestação do serviço, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 14.1;

II - Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

III - Judicial, nos termos da legislação.

14.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo Presidente da Câmara Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

As partes elegem o foro da Comarca de Marataízes para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento e, estando assim, justo e contratado, mandaram que lhes preparassem 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, o qual depois de lido e achado conforme vai por todos assinado e pelas testemunhas a tudo presente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marataízes-ES,dede 2012

CONTRATANTE

Presidente da Câmara Municipal de Marataízes

CONTRATADO

Testemunhas:

1º _____

2º _____